

ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO PRIMEIRO PERÍODO DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA-PB, NO DIA VINTE E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Aos (21) vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, reuniram-se ordinariamente na Câmara Municipal de Areia-PB, os membros do Poder Legislativo local. Efetuada a chamada verificou-se a presença dos seguintes vereadores: Edvaldo Batista de Souza; Francisco dos Santos Júnior; Ivano Cassimiro dos Santos; Jorge Eduardo Alves da Silva; João Carlos Ribeiro Silva; João Paulo de Souza Macedo; José Ronaldo Maximino de Souza; Luiz Francisco dos Santos Neto; Nelma Carneiro Cavalcante e Vanilda Honório da Silva. Faltou a vereadora Ana Paula Gomes Pereira Gonzaga que justificou sua falta. Havendo quórum regimental a vereadora Nelma Carneiro fez a leitura de uma parte da bíblia (Salmo 61) em seguida o Sr. Presidente autorizou o primeiro secretário a fazer a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente informou a todos que o assessor jurídico desta Casa não está presente pois se encontra hospitalizado. Dando sequência a sessão foi feita a leitura do Expediente do Dia. Requerimento nº 05/2017 de autoria do vereador Francisco dos Santos Júnior solicitando a restauração do calçamento da cidade de Areia. Requerimento nº 06/2017 de autoria do vereador Francisco dos Santos Júnior solicitando implantação da USA - Unidade de Transporte Avançado ou UTI móvel no SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Areia. Requerimento nº 04/2017 de autoria do vereador Luiz Francisco dos Santos Neto solicitando instalação de antena de telefonia móvel. Requerimento nº 05/2017 de autoria do vereador Luiz Francisco dos Santos Neto solicitando a Presença nesta Casa da Secretária de Educação Sandra

Araújo Mariz Medeiros para esclarecimentos de assuntos referentes a sua pasta. O vereador Luiz Francisco pediu ao Sr. Presidente que este requerimento fosse colocado de imediato na ordem do dia. O Sr. Presidente disse está com um probleminha com o pessoal do Conselho Tutelar que deram entrada solicitando uma audiência pública e está em atraso. O vereador Luiz Francisco disse ser uma urgência pois todos os vereadores estão sendo abordados por estudantes da rede estadual e pais de alunos cobrando uma resposta. O Sr. Presidente questionou se todos os vereadores estão de acordo que este requerimento já entre na Ordem do Dia. Todos concordaram. Requerimento nº 07 /2017 de autoria da vereadora Nelma Carneiro Cavalcante solicitando providências no que diz respeito a contratação do agente comunitário de saúde para acobertar a área localizada no distrito de Cepilho Areia – PB. Requerimento nº 20/2017 de autoria da vereadora Nelma Carneiro Cavalcante solicitando reforma total da Creche Dr. Efigênio Barbosa ou a construção de uma nova Creche localizada no distrito de Cepilho Areia – PB. Requerimento nº 49/2017 de autoria da vereadora Nelma Carneiro Cavalcante solicitando encaminhamento de ofício a Superintendência do Banco do Brasil na Paraíba para agilizar a reabertura da agencia local do Banco do Brasil. A vereadora Nelma Carneiro se pronunciou e pediu que se possível este requerimento já fosse colocado na ordem do dia para que seja aprovado, pois é de urgência, uma vez que nossa cidade está sofrendo muito sem o Banco do Brasil funcionar. O Sr. Presidente questionou se todos os vereadores estão de acordo que este requerimento já entre na Ordem do Dia. Todos concordaram. A vereadora Nelma Carneiro salientou que este requerimento é subscrito por todos os vereadores. Projeto de Lei nº 01/2017 de autoria do Poder Legislativo que dispõe sobre a transação da regulamentação da carga horária de 40 horas semanais para 30 horas para os profissionais de enfermagem, ou seja, enfermeiros, técnicos em

enfermagens e auxiliar de enfermagem e dá outras providências. O Sr. Presidente informou que deixou o referido projeto que foi lido, para que os respectivos presidentes das comissões possam convocar suas comissões e dar o parecer. Sequenciando a sessão foi feita a leitura da Orem do Dia. Requerimento nº 05/2017 de autoria do vereador Luiz Francisco dos Santos Neto solicitando a Presença nesta Casa da Secretária de Educação Sandra Araújo Mariz Medeiros para esclarecimentos de assuntos referentes a sua pasta. Requerimento em discussão, se pronunciou o proponente disse que se faz necessário para que seja tirado as dúvidas em relação aos transportes escolar do Estado. Informou ter conversado com ela, e a mesma estará à disposição para tirar dúvidas que possam surgir a respeito à sua pasta. Relatou que a Secretária está disposta a vir, dependendo apenas da aprovação deste requerimento, sendo um feito grande, uma Secretaria de Educação se fazer presente a esta Casa, até mesmo para que quando qualquer vereador for indagado sobre os transportes do Estados, possam dar uma posição. Em seguida se pronunciou o vereador Francisco dos Santos disse ser muito louvável para que quando se dirigirem até a Secretaria de Educação do Estado já se tenha uma base, e possam cobrar. O Sr. Presidente informou que o secretário desta Casa já manteve contato com a Secretaria de Educação do Estado e tudo indica que ainda esta semana terão uma data marcada. Onde será importante ouvir primeiro a Secretária de educação do município, para ter algumas informações. Em seguida se pronunciou o vereador José Ronaldo disse que seria bom que a Secretária de Educação do município acompanhasse os vereadores até a Secretaria de educação do estado. O Sr. Presidente disse que esta Casa não tem autonomia para impor que a mesma vá, o vereador José Ronaldo disse que seria bom que o convite fosse feito. O vereador Francisco dos Santos se pronunciou e disse que se faz necessário que os vereadores cobrem uma real posição para que não fiquem só na conversa, pois já fazem dois meses

que iniciou as aulas e os pais de famílias estão gastando, pagando transporte escolar para que os filhos possam ir estudar. O vereador Luiz Francisco disse concordar em gênero, número e grau com as palavras do vereador Francisco dos Santos, pois deseja que a Secretária venha aqui e garanta que a responsabilidade não é do município e sim do Estado, e se depender da situação ativar outros órgãos que tem pulso para tomar uma providência neste sentido. Pois os transportes escolares tanto do Estado como do município são fiscalizados pelo Ministério Público local e estadual. O Sr. Presidente disse que esta Casa pode direcionar um ofício encaminhando ao Ministério Público para que compareçam e informe alguma forma de se resolver. O vereador José Ronaldo se pronunciou e disse achar uma injustiça muito grande, onde se tem um série de estudantes do município e onde se tem um aluno da rede Estadual, não se tem o direito de pegar uma carona até a sua escola, pois já ouviu comentários que está vindo sim a verba do Estado, e se faz necessário dar uma explicação aos pais de famílias e aos alunos que são os mais prejudicados. O vereador Luiz Francisco disse que os transporte do Estado em si é um dos mais desorganizados que tem. Afirmou que está é uma pergunta que deve ser feita na secretaria do Estado Porque a primeira parcela do transporte escolar do Estado só chega em torno do mês de maio ou junho, onde os motoristas transportamos alunos no início do ano letivo tendo que custear os gastos. Disse que a questão da carona, é necessária ver a quantidade de gente que iria precisar, pois é fiscalizado pelo Ministério Público, onde todos os veículos têm sua capacidade de passageiro, não podendo superlotar, assim como viu várias vezes alunos da Usina Santa Maria sendo transportado em um ônibus superlotado, e caso acontecesse algum acidente o município seria responsabilizado. Disse que é necessário correr atrás para resolver isto. O Sr. Presidente disse ser um problema o município ficar com a responsabilidade quando não vem a contrapartida. Pois no ano passado

tinha motorista do Estado que vinha cobrar seus pagamentos nesta Casa, pois estavam prestando os serviços e o Estado não estava repassando a verba, assim como agora não está repassando a verba do SAMU e a parcela para compra de medicamento da farmácia básica. A vereadora Vanilda Honório disse que quando se tem boa vontade e interesse em uma boa educação no município o gestor tem que correr atrás para ajudar, pois não é fácil, muitos alunos não vão à escola pois não tem condições de pagar um transporte e ir a pé é muito longe. Disse que o gestor tem que pensar bem independente do que a secretaria irá falar, pois todos sabemos que a responsabilidade é do Estado, só que o gestor tem que correr atrás para amenizar a situação dessas pessoas, pois quando se tem uma boa educação no município as pessoas crescem e as coisas ficam melhor. O vereador José Ronaldo disse acreditar que a reserva que vem para nosso município não é diferente da que vem para os demais como Remígio, Pilões, Alagoa Grande entre outro e lá está se transportando os estudantes. O Sr. Presidente disse ser importante ouvir todas as partes e se o gestor não tomar a frente os vereadores podem tomar esta responsabilidade para si, podendo ir até o governador se for o caso, pois os secretários também têm seus limites. Pediu que seja marcado para a próxima terça feira a presença da secretária, onde na quarta comunica o Ministério Público e na próxima semana caso não tenha uma resposta da secretaria de educação do Estado tira-se uma comissão e vai até lá. O vereador Francisco dos Santos disse que o pagamento dos transportes da rede Estadual atrapalha muito mais é necessário cobrar, pois independente que sejam alunos da rede estadual ou municipal são estudante de nossa cidade e estão sendo prejudicados. Em seguida como não houve mais quem quisesse discutir o requerimento foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Requerimento nº 49/2017 de autoria da vereadora Nelma Carneiro Cavalcante solicitando encaminhamento de ofício a Superintendência do Banco do Brasil na

Paraíba para agilizar a reabertura da agencia local do Banco do Brasil. Se pronunciou a proponente disse que todos nós sabemos a situação em que se encontra o Banco do Brasil, onde a população está sofrendo muito para resolver seus problemas que dependem do banco. Muitos se dirigem para o correio, porém por mais que os funcionários tenham boa vontade, a demanda é grande e fica quase impossibilitada atender a todos. Disse ser mais que necessário o Sr. Presidente enviar um ofício ao superintendente do Banco do Brasil pedindo urgência na reabertura da agencia local. Em seguida se pronunciou o vereador Francisco dos Santos, parabenizou a proponente pelo requerimento. E relatou sobre o constrangimento que as pessoas estão passando, disse que ele e sua esposa foram atendidos na porta do banco, entretanto muitas pessoas que não tem informações não conseguem resolver seus problemas, e quantos não vão para Remígio ou Esperança sacar seu dinheiro, acaba gastando por lá mesmo, e o comércio de nosso município fica parado. Relatou que já teve pessoas que foram sacar suas aposentadorias em outra cidade e foram assaltadas no meio do caminho. Afirmou que os vereadores deveriam se juntar e ir falar com o gerente do Banco do Brasil e pedir um prazo para que isto seja resolvido. O Sr. Presidente disse ser importante levar a discussão de um requerimento como este até mesmo para o programa de rádio, para que a população tome conhecimento e participem. Disse se preocupar, pois como foi dito pelo vereador Francisco dos Santos as pessoas estão preferindo gastar o dinheiro na cidade onde estar sendo sacado do que correr o risco de ser assaltado. E o comércio aqui fica parado. Parabenizou a proponente e disse que irá sim cobrar. O vereador José Ronaldo se pronunciou parabenizou a proponente e disse que assim como o vereador Francisco dos Santos junto com sua esposa passou quase uma hora em frente ao banco para resolver um problema, ainda bem que os mesmos são bons das pernas, porém imagina aqueles velhinhos que tem que resolver um problema e não se tem uma

cadeira para sentar. Disse que esta situação é precária. Afirmou que irá tirar um dia para retirar sua conta deste banco, pois todos nós pagamos impostos e não podemos se humilhar tanto a uma rede bancaria. O vereador Luiz Francisco se pronunciou parabenizou a proponente pelo requerimento e disse que não é só o Banco do Brasil, é toda a instituição pois quando se dirigimos até a Caixa Econômica passamos uma maçada, pois tem finais de semana que os caixas eletrônicos não estão sendo abastecidos. Afirmou estar complicado e aí tem a importância de se criar o procon para fiscalizar este tipo de coisa. Afirmou que existe um projeto nesta Casa que estipula um prazo para que as pessoas sejam atendidas no Banco do Brasil. Relatou ter estado no detran e se assustou pois tinha muita gente para ser atendido, porém o atendimento foi rápido. Disse que para que a população pague suas contas os mesmos estão pensando, enfrentando filas gigantescas. O vereador José Ronaldo disse que o bom é quando se é atendido, pois já viu muitas vezes pessoas terem que voltar em um outro dia, para enfrentar novamente uma fila por que não foi atendido no dia anterior. O vereador Francisco dos Santos disse que quem está respondendo pelo Banco do Brasil é os correios que quando entra uma certa quantidade fecha-se as portas por não comporta a demanda, porém se houver algum assalto dentro ninguém ver e ainda tem a situação das pessoas que passam na rua e acham que o mesmo está fechado. Em seguida como não houve mais quem quisesse discutir o requerimento foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Ofício nº 01/2017 de autoria do Sr. Francisco Cardoso Presidente do IDESA - Instituto de Desenvolvimento Educacional, Social e Agrário, solicitando que seja apresentado um requerimento para apresentação de um Projeto de Lei que torne o IDESA reconhecido como um título de Utilidade Pública Municipal por se tratar de uma entidade dedicada a prestação de serviços essenciais e sem fins lucrativos. O Sr. Presidente informou ter recebido este Jovem que tem como objetivo trazer

para a cidade um Instituto chamado IDESA onde esta Casa precisa dar o reconhecimento para que sejam feitos seus trabalhos, disse ser de grande importância. Em seguida convidou para fazer uso da tribuna o Sr. Antônio Honório do Nascimento Filho que informou ser engenheiro agrônomo e membro da diretoria do instituto IDESA, onde foi incumbido de informar o que faz este Instituto e o que tem que ser feito para receber o título de utilidade pública. Afirmou que o Instituto de desenvolvimento educacional, social e agrário é uma entidade que trabalha com essas três partes. Foi fundado em 1996 e era uma associação local do Distrito Santa Maria. Atualmente recebeu o nome de ADESA, passando de uma Associação para um Instituto ampliando suas funções. Relatou ter sede própria localizado ao lado da escola José Lins Sobrinho. E desde de 2007 vem servindo gratuitamente a comunidade de estudantes. Informou ter uma secretaria, uma diretoria e três salas de aulas usadas pela prefeitura, um laboratório de informática que estão sendo realizados cursos gratuitos com certificado para a população, uma cozinha e dois banheiros. Afirmou ter uma variedade de profissionais e 119 sócios. Projetos realizados pelo instituto, projeto cooperar que beneficiou na época de 1996 18 famílias, a instalação de água de um poço artesiano para abastecer a Vila Nova beneficiando 30 famílias, além da escola municipal, sendo ampliado para o mercado e o posto de saúde. Inclusão digital nos assentamentos rurais de Areia, cursos para comunidades em parceria com a Universidade Federal da Paraíba. Acompanhar as mulheres e grupos quilombolas entre outras para terem seus direitos assistidos e Parcerias voltadas a conservação desses objetivos. A vereadora Nelma Carneiro questionou se esta parte onde está inserido o Instituto IDESA é a parte que fica dentro da escola. Foi informada que sim, onde foi entregue a prefeitura em 2007, mas pertence ao Instituto. O vereador Francisco dos Santos questionou se existe uma contrapartida já que a prefeitura está usando esta sede. O Sr. Antônio Honório informou que



não existe, pois está em processo de mandato. Informou que a prefeitura entregará ao Instituto este prédio em dezembro do corrente ano. O vereador José Ronaldo se pronunciou e questionou quantas associações pretendem juntar para formar uma só da comunidade Usina Santa Maria ou uma em geral da região de Areia. Foi informado que o conselho de agricultura do município compreende 44 associações rurais, e muita estão na UTI, porém pretende abranger para ajudar este pessoal. O vereador questionou ainda se este projeto já foi levado até a Secretaria do Estado para que alguns deputados tomem conhecimento e o projeto não pare. O Sr. Antônio informou que não foi levado o projeto a nível de Estado, mas estão fazendo contato. O Sr. Presidente questionou se as atividades são realizadas pelo município ou pela instituição. O Sr. Antônio informou que as salas de aulas sedem ao município. O sr. Presidente disse que foi procurado e solicitado que esta Casa emita um documento com parecer reconhecendo esta Instituição. Disse que seria bom fazer isto após o município devolver o prédio e que é importante se reunir com o jurídico. A vereadora Nelma perguntou se na medida que o IDESA pedir de volta essas salas que pertencem a instituição, os mesmos têm consciência em relação ao prejuízo que esses jovens irão ter? pois os mesmos utilizam essas salas, já que a escola não dispõe de salas suficientes. O Sr. Antônio Honório informou que não serão prejudicados, pois o prédio é da IDESA e da população, foi fornecido a prefeitura, porém, é necessária uma contrapartida, pois até então estão usando gratuitamente. O vereador Francisco dos Santos questionou se a prefeitura está ciente disto, e que o prazo é até dezembro. Questionou se já foi informado a alguém da prefeitura e a atual administração. Foi informado que não, apenas a diretoria da escola tem este conhecimento, mas que quando for chegando ao fim o contrato a prefeitura terá que entregar o prédio da forma que encontraram, pois o mesmo está um pouco deteriorado. O vereador Francisco disse saber da grande valia

que é, porém, querem apenas uma contrapartida para ajudar a desenvolver seus trabalhos. O Sr. Presidente disse que é mais fácil dar este reconhecimento quando se resolver o problema deste município. Será necessário de uma conversa com o prefeito atual, pois talvez o mesmo não tenha conhecimento que o prédio é de uma Instituição para que seja dado este reconhecimento. O vereador Luiz Francisco disse concordar com o vereador, para que esperem o comandado deste contrato acabar, para que seja dado o próximo passo. Afirmou que o que estão querendo aqui é o reconhecimento de utilidade pública, pois só é possível fechar uma parceria com o poder público após este título. Estando impossibilitado até mesmo de fazer um novo acordo com o município, pois o município não pode dar uma contrapartida sem a instituição ter o título de utilidade pública. O Sr. Presidente disse entender que é necessário procurar o gestor, para uma conversa. O vereador José Ronaldo questionou se é possível abrir uma sessão extraordinária para que venham tomar mais conhecimento, após informar ao executivo, disse ver uma dificuldade ao dar o título. O Sr. Presidente informou que quando o prédio estiver com o IDESA é fácil de se dar este título. O vereador Luiz Francisco informou que o título pode ser dado independentemente do comandado, desde que a Câmara tenha acesso a este documento de comandato. O vereador Francisco dos Santos informou que este comandado não é da atual gestão e sim de gestões anteriores, pois agora estão necessitando de parcerias. Porém é necessário observar os documentos, para saber o que estão fazendo. Em seguida o Sr. Presidente informou que amanhã estará recebendo uma equipe de engenheiros com funcionários para fazer uma análise e dá um parecer sobre o teto desta Casa e se faz necessário a presença de dois os três vereadores. Na quinta-feira pela manhã precisa da presença de alguns vereadores para fotografar a BR 079, região que liga Areia a Alagoa Grande, Remígio a Areia para levarem quando foram até o D.E.R, em busca do recapeamento.

Em seguida teve início os Oradores Inscritos. Se pronunciou o vereador Luiz Francisco disse que a Secretária de Saúde esteve nesta Casa e no seu relatório de apresentação ela nos revelou algo preocupante, sobre a compra de medicamentos que foram feitas em dezembro e naquele momento a secretária falou que algumas notas foram conferidas e aprovadas e outras não teve a conferência do responsável. No momento ela falou por alto e não deu números. Porém o vereador já tinha em mão a cópia de dois cheques um no valor de R 100.000.00 e outro no valor de R\$ 50.000.00 que foi pago a empresa Lamerd medicamento no dia 30/12/2016, porém não para por aí. Informou que no Sagres já se encontra esses dados referente a compra de medicamentos da gestão de 2013 a 2016. Onde no ano de 2013 de compra de medicamentos e material hospitalar R\$ 747.662.78; em 2014 R\$ 49363505; em 2015 R\$ 232.239.94 e no ano de 2016 R\$ 821.557.88 totalizando os quatros anos o valor de R\$ 2.295.095.65 e ainda não está em sua totalidade pois existem contas feitas em farmácias pequenas, e compras que a justiça obriga o município a comprar que não está inserida. Afirmou que deste total apenas no mês de dezembro de 2016 foi feita compra no valor de R\$ 335.546.38 só de medicamentos, e desse valor R\$ 211.558.35 não houve assinatura do responsável para atestar que os materiais constantes na nota fiscal foram recebidos. Equivale a mais de 60% dos valores empenhados do mês de dezembro. Disse que não se pode aceitar. E convidou os vereadores a visitarem os postos médicos na próxima segunda feira e ver que não tem material nem para os dentistas trabalharem e é inaceitável. De compra de material odontológico e matéria hospitalar em 2013. R\$ 260.268.19; em 2014 R\$ 607.641.67; em 2015 R\$ 691.879.34 e em 2016 R\$ 851.731.97 totalizando um valor de R\$ 2.411.511.17, onde desse total em 2016 foram comprados apenas em dezembro o valor de R\$ 437.855.83, onde 60% não foi conferido 278.138.53. Disse ter suspeita de superfaturamento, a não ser que as empresas digam onde estão estes

medicamentos ou o funcionário que não atestou. Informou que na farmácia básica existe vários lotes de medicamentos para vencer deste remédio que foi entregue agora, disse que isto é absurdo e os vereadores tem obrigação de fiscalizar e correr atrás. Pediu uma força tarefa de vereadores para irem a todos os postos e farmácia básica para depois protocolarem na mesa da Casa um pedido de CPI, para investigar essa compra absurda de medicamentos que houve em dezembro de 2016, por que quem está sofrendo é a população e os vereadores que são cobrados diariamente. Informou que de 2009 a 2012 entre material hospitalar e medicamento foi gasto o valor de R\$ 524.375.25 e tinha remédio sobrando em todo canto. Afirmou que o balancete chegou a esta Casa, onde em todos os empenhos tem a rubrica do ex secretário de saúde. Disse não estar acusando ninguém de nada, porém está atestado que 60% da compra não foi conferida. O Sr. Presidente disse que quem quiser se pronunciar deve se inscrever na sessão seguinte, disse ser uma grande preocupação quando se tem uma quantidade de medicamentos em valor grande para se vencer, poia, ainda saiu mais barato do que é valor normal, e isso é crime. O vereador Luiz Francisco agradeceu e disse que os vereadores tem que fiscalizar. Fim da matéria e não havendo mais nenhum assunto a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão autorizando o primeiro Secretário a fazer a leitura da lavratura da presente ata que depois de lida discutida e aprovada vai devidamente datada e assinada.